

Logística
Ambiental de
São Paulo S.A. -
LOGA

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Ativos financeiros decorrentes de contrato de concessão

Veja as notas explicativas das demonstrações financeiras:

- Nota explicativa **6.g**: Política contábil - Contratos de concessão;
- Nota explicativa **31.a**: Contrato de concessão – Ativo financeiro.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia é responsável pela exploração do contrato de concessão dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo em conformidade com o contrato de concessão celebrado.</p> <p>Pelo referido contrato, a Companhia tem a obrigação de cumprir um plano de investimento durante a vigência da concessão. A infraestrutura adquirida e/ou construída será integralmente remunerada pelo poder concedente.</p> <p>Conforme a norma contábil Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a Concessionária possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.</p> <p>Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da administração da concessão, e podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) A avaliação do desenho dos controles internos chave existentes no processo de capitalização do ativo financeiro e o gerenciamento de contratos de concessões;(ii) A avaliação se a política contábil desses ativos financeiros adotada pela Companhia está em conformidade com as normas contábeis relacionadas ao reconhecimento de contrato de concessão (ICPC 01 (R1) – “Contrato de Concessão”);(iii) O teste, por meio de amostragem, das adições do ativo financeiro para avaliar a existência, a natureza do gasto e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; e(iv) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Baseados nos resultados dos procedimentos resumidos acima, consideramos que são aceitáveis o saldo dos ativos financeiros decorrentes de contrato de concessão, bem como as divulgações relacionadas, nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida



significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fábio Lopes do Carmo
Contador CRC 1SP192172/O-3

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 BALANÇO PATRIMONIAL
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas explicativas	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	3.003	977	Fornecedores e outras contas a pagar	16	49.715	46.242
Contas a receber	11	98.027	92.232	Empréstimos e financiamentos	17	14.159	22.127
Ativo financeiro	31	5.824	5.824	Debêntures	18	12.637	12.068
Estoques		3.102	2.668	Salários, benefícios e encargos sociais	19	19.737	19.199
Impostos a recuperar	12	4.122	4.177	Impostos, taxas e contribuições	20	17.255	16.605
Outras contas a receber		1.145	619	Dividendos a pagar		42.640	10.757
Adiantamento a fornecedores		698	1.227	Adiantamentos de clientes		70	70
Total do ativo circulante		115.921	107.724	Total do passivo circulante		156.213	127.068
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Empréstimos e financiamentos	17	20.486	28.776
Contas a receber	11	10.489	10.489	Debêntures	18	25.000	37.500
Ativo financeiro	31	38.878	43.415	Passivo fiscal diferido	14	2.037	-
Ativo fiscal diferido		-	719	Provisões	21	5.761	6.098
Outras contas a receber		18	7	Total do passivo não circulante		53.284	72.374
Depósitos judiciais	13	14.046	13.298	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
		63.431	67.928	Capital social		31.899	29.416
Imobilizado	15	66.481	72.344	Reservas de lucros		4.512	19.286
Intangível		75	148	Total do patrimônio líquido		36.411	48.702
		66.556	72.492				
Total do ativo não circulante		129.987	140.420				
TOTAL DO ATIVO		245.908	248.144	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		245.908	248.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24	554.187	528.200
Impostos incidentes sobre serviços prestados	24	(79.275)	(77.500)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		474.912	450.700
Custo dos serviços prestados	25	(371.568)	(369.555)
LUCRO BRUTO		103.344	81.145
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	26	(2.813)	(1.134)
Despesas administrativas	27	(20.650)	(28.283)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(2.388)	(4.406)
RECEITAS E DEPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(25.851)	(33.823)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		77.493	47.322
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	29	2.684	2.912
Despesas financeiras	29	(9.304)	(13.962)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(6.620)	(11.050)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		70.873	36.272
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	14	(20.966)	(12.731)
Diferido	14	(2.755)	41
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		47.152	23.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
CNPJ: 07.032.886/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	47.152	23.582
Total do Resultado abrangente	<u>47.152</u>	<u>23.582</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	60.650	(31.234)	1.304	-	-	30.720
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.582	23.582
Reserva de lucros	-	-	-	16.803	(16.803)	-
Reserva legal	-	-	1.179	-	(1.179)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(5.600)	(5.600)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	60.650	(31.234)	2.483	16.803	-	48.702
Integralização de capital com reserva legal	-	2.483	(2.483)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.152	47.152
Reserva legal	-	-	2.358	-	(2.358)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(16.803)	(42.640)	(59.443)
Reserva de lucros	-	-	-	2.154	(2.154)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	60.650	(28.751)	2.358	2.154	-	36.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 CNPJ: 07.032.886/0001-02
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	47.152	23.582
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	13.942	13.625
Baixa de imobilizado e intangível	56	8
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos e debêntures (Reversão) / Provisão para concientização da população	8.518 (580)	13.445 1.468
Reversão de ativo financeiro	5.134	19.637
Correção de depósitos judiciais	(990)	826
Provisão para contingências	1.976	2.790
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	23.721	12.690
Aumento nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(5.795)	(4.159)
Impostos a recuperar	55	(620)
Estoques	(434)	(520)
Outros contas a receber	(537)	1.541
Depósitos judiciais	141	(1.695)
Adiantamento a fornecedores	529	1.006
Ativo financeiro	(598)	(9.923)
Aumento / Redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras contas a pagar	3.473	(9.981)
Salários, benefícios e encargos sociais	538	1.195
Impostos, taxas e contribuições	650	740
Pagamento de contingências	(1.630)	(2.011)
Adiantamento de clientes	-	18
Caixa gerado pelas atividades operacionais	95.321	63.662
Impostos pagos sobre o lucro	(20.966)	(12.731)
Debêntures - juros pagos	(4.564)	(6.721)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(6.875)	(9.759)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	62.916	34.451
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	(8.062)	(1.822)
Adição de intangível	-	(8)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.062)	(1.830)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debêntures - pagamento principal	(11.500)	(1.000)
Empréstimos e financiamentos - captação	5.604	-
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(19.371)	(22.916)
Dividendos pagos	(27.561)	(9.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(52.828)	(32.916)
AUMENTO / REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.026	(295)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	977	1.272
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.003	977
Varição líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.026	(295)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga (“Companhia” ou “Loga”), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”), detentora de 62,347% das ações, a Latte Coleta Holding S.A., detentora de 34% das ações, e a Latte Saneamento de Participações S.A., detentora de 3,653% das ações.

A VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011, quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A., realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos, para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solví com objetivo específico de participar do capital de outras Companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

O Grupo LATTE é acionista da companhia desde 12 de dezembro de 2018 quando se concretizou a transferência das ações da ESTRE AMBIENTAL S/A à LATTE SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S/A, bem como, em 18 de janeiro de 2019 houve a alteração da denominação da companhia ESTRE COLETA HOLDING S/A para LATTE COLETA HOLDING S/A. Conforme requerido pelo Contrato de Concessão, a alteração foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo – SP (Poder Concedente).

Reequilíbrio quinquenal

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão é dever da Administração Pública, antes mesmo de ser direito do contratado. Justifica-se, como princípio, pelo fato de revelar-se vantajosa para a Administração Pública, no reconhecimento de que contratos bem equilibrados tendem a atingir melhor a finalidade a que se destinam. Além de favorecer ao princípio da modicidade tarifária, uma vez que a garantia de equilíbrio propicia tarifas livres de majorações por riscos não contingenciados.

Conforme a cláusula 15.14, a AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) procederá a uma revisão ordinária das tarifas praticadas e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do contrato a cada 5 (cinco) anos da concessão, durante a qual a concessionária e a AMLURB poderão evocar todos os eventos que considerar determinantes de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio ordinário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental (“TCA”) assinado, o Poder Concedente reconheceu alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual, porém, não aplicou o devido ajuste tarifário. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais, instituído de forma provisória em 2007 e com impacto em todos os anos da Concessão. Ele foi calculado com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário, já evocado em outubro de 2014 e com trabalho de análise pela AMLURB ainda em curso e sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a Companhia em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurada apartada do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano (2011) da Concessão até não mais o final do 11º ano (2015) conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que já está em curso o 15º ano (2018/2019) de contrato e até o momento não houve definição quanto à disponibilização do terreno para a implantação. É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, não havendo qualquer pronunciamento ou deliberação sobre o tema. O assunto está sendo discutido no âmbito do processo de reequilíbrio contratual em curso.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas e redefinidas, não foi efetuada neste exercício uma provisão para investimentos futuros.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.a.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 31 – Ativo financeiro – Gastos elegíveis à capitalização do ativo financeiro relacionado às obrigações de investimentos previstas no contrato de concessão.

Nota explicativa 15 – Imobilizado – estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 14 – Ativo fiscal diferido: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa 15 – Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Nota explicativa 21 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- (a) Mudanças de políticas contábeis
- (b) Instrumentos financeiros
- (c) Receita de contrato com cliente
- (d) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (e) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)
- (f) Imobilizado
- (g) Contratos de concessão
- (h) Provisões

- (i) Benefícios a empregados
- (j) Imposto de renda e contribuição social

a. Mudanças de políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas das demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- Apresentação das receitas por desempenho; e
- Um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

(i) Adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle, em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, requer julgamento, julgamento este que não sofreu mudanças com a transição para nova norma, entretanto a divulgação da receita sofreu alterações dada a necessidade de abertura de cada obrigação de desempenho, conforme requerido. A adoção do CPC 47 não gerou impactos no balanço patrimonial, demonstrações de resultado e fluxos de caixa.

Tendo em vista que os impactos da adoção inicial não alteraram a mensuração e reconhecimento das receitas de contratos em relação a norma anterior, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada, bem como não há efeitos cumulativos a serem aplicados em 1º de janeiro de 2018 devido à adoção inicial.

(ii) Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 substituiu o modelo de 'perdas incorridas' do CPC 38 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

(a) Transição

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável).

Reconhecimento e mensuração

A Companhia realizou a avaliação da determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial para adequação do reconhecimento e mensuração. Segue abaixo o quadro demonstrando a mudança das categoria dos ativos financeiros e passivos financeiros com a adoção do CPC 48:

	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	2018 Valor contábil	2017 Valor contábil
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	3.003	977
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	108.516	102.721
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	44.702	49.239
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	1.163	626
Total			157.384	153.564
Passivos financeiros:				
Fornecedores e outras contas a pagar	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo Amortizado	49.715	46.242
Empréstimos e financiamentos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo Amortizado	34.645	50.903
Dividendos a pagar	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo Amortizado	42.640	10.757
Debêntures	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo Amortizado	37.637	49.568
Total			164.637	151.127

Redução do valor recuperável de Ativos financeiros

A Companhia recalculou a base de perda incorrida definindo um estudo dos últimos 5 anos da base de contas a receber e faturamento, avaliando a posição de cada cliente e o avanço da perda de créditos de liquidação duvidosa.

O histórico de inadimplência de cada cliente foi avaliado conforme o avanço da posição a receber frente ao faturamento. Para definição da taxa de perda foi dividido o montante em aberto pelo faturamento total dos últimos 5 anos.

Desta forma, após os estudos foi definido como política de perda incorrida a taxa de inadimplência histórica de cada um dos clientes da empresa.

Para mensuração da perda esperada a Companhia adotou a utilização da taxa média do CDI, dos últimos dois meses em relação à data do faturamento, considerando assim o princípio da perda do valor ao longo do tempo.

b. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - ativos financeiros mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em suas demonstrações financeiras.

vi. *Capital social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

c. *Receita de contrato com cliente*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Receita de serviços prestados - Resíduos

• ***Coleta e destinação de resíduos***

As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta e destinação são decorrentes de: coletas de resíduos sólidos domiciliares, coleta de resíduos de posa de áreas públicas, e demais coletas e a sua devida destinação final em aterro. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente à outros clientes, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Coleta e destinação de Resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta e destinação, a obrigação de desempenho é cumprida, e a receita é reconhecida por tarifa fixa independente do quantitativo de resíduos coletados e destinados.

d. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e receita de juros sobre ativos financeiros.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e descontos concedidos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

e. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

g. Contratos de concessão

(i) Características do contrato de concessão

Os bens vinculados à concessão serão reversíveis ao poder Concedente no encerramento do contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;

- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12 (ICPC 01 (R1)), quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Benefícios a empregados

(i) Previdência privada

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da companhia no período de aplicação inicial.

(i) CPC 06 (R2) Leases (Arrendamentos)

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- A Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente as suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações, maquinários e veículos. A natureza das despesas relacionadas à estes arrendamentos mudará porque a companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Tendo em vista que as análises e atividades que envolvem julgamento relevante ainda estão em andamento, tais como, implementação do sistema, avaliação de contratos, o quadro a ser usado para determinar o prazo razoavelmente certo de contratação, e a metodologia para o cálculo das taxas de descontos, a Companhia considera que não é razoavelmente estimável o possível impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data de adoção inicial (1º de janeiro de 2019) na data destas demonstrações financeiras.

(a) *Transição*

A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03.

(ii) *Outras normas*

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

8 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de

disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição	Taxa média de juros Efetiva em 31/12/2018	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	34.645	11,44%	34.645	34.705	34.765	34.585	34.525
Debêntures	37.637	9,59%	37.637	37.671	37.705	37.603	37.568
Efeito no resultado			-	94	188	(94)	(189)

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Notas	2018	2017
	Explicativas		
Caixa e equivalentes de caixa	10	3.003	977
Ativo financeiro	31.a	44.702	49.239
Contas a receber de clientes	11	108.516	102.721
Outras contas a receber		1.163	626
		157.384	153.563

Para mitigar o risco de possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

c. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras, financiamento doméstico e debêntures. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, que compreendem o período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (a)	16.541	12.698	10.192	-	39.431
Debêntures (a)	15.534	14.366	13.209	-	43.109
Dividendos a pagar	42.640	-	-	-	42.640
Fornecedores e outras contas a pagar	49.715	-	-	-	49.715
	124.430	27.064	23.401	-	174.895

Em 31 de dezembro de 2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (a)	25.867	15.095	16.325	1.068	58.355
Debêntures (a)	13.371	13.471	25.825	-	52.667
Dividendos a pagar	10.757	-	-	-	10.757
Fornecedores e outras contas a pagar	46.242	-	-	-	46.242
	<u>96.237</u>	<u>28.566</u>	<u>42.150</u>	<u>1.068</u>	<u>168.021</u>

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contrato de debêntures existente, a Companhia compromete-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme nota explicativa nº18.

A Companhia monitora continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas.

Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

Total do passivo circulante e não circulante		209.497	199.442
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10	<u>(3.003)</u>	<u>(977)</u>
Dívida líquida		206.494	198.465
Patrimônio líquido		36.411	48.702
Índice de alavancagem		5,67	4,08

O índice está sendo impactado em ambos anos devido ao não recebimento das tarifas base novembro de 2018 e 2017 sendo recebidas respectivamente no mês de janeiro do ano subsequente.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia valor justo	Categoria	2018		2017	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Custo amortizado	3.003	3.003	977	977
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	108.516	108.516	102.721	102.721
Ativo financeiro	Nível 2	Custo amortizado	44.702	44.702	49.239	49.239
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	<u>1.163</u>	<u>1.163</u>	<u>627</u>	<u>627</u>
Total			<u>157.384</u>	<u>157.384</u>	<u>153.564</u>	<u>153.564</u>
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	49.715	49.715	46.242	46.242
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	34.645	34.645	50.903	50.903
Dividendos a pagar	Nível 2	Custo amortizado	42.640	42.640	10.757	10.757
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	<u>37.637</u>	<u>36.467</u>	<u>49.568</u>	<u>52.353</u>
Total			<u>164.637</u>	<u>163.467</u>	<u>157.470</u>	<u>160.255</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

9 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos com segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	13	13
Bancos	225	592
Aplicações financeiras	<u>2.765</u>	<u>372</u>
	<u>3.003</u>	<u>977</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 97,71% (94,38% em 2017) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

11 Contas a receber

As contas a receber são compostos como seguem:

	Nota explicativa	2018	2017
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		57.504	58.599
Medição dos serviços prestados		50.939	48.275
Clientes privados:			
Valores faturados - venda de sucata		-	38
Partes relacionadas	23	73	124
PCLD		-	(4.315)
Total		108.516	102.721
Circulante		98.027	92.232
Não circulante		10.489	10.489
		108.516	102.721

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2018	2017
Valores a vencer	59	1
Vencidos:		
Até 30 dias	97.957	90.728
Entre 31 e 60 dias	1	1.334
Entre 91 e 180 dias	-	35
Entre 181 e 360 dias	-	1
Acima de 360 dias (a)	10.499	14.937
PCLD	-	(4.315)
	108.516	102.721

- (a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, que ocorreram nos períodos de 2007, 2009 e 2013, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para esses títulos devido ao estágio de negociação junto a contraparte.

A Companhia faturou o reequilíbrio do Termo de Compromisso Ambiental - TCA de 2012, mas a Prefeitura respondeu com uma decisão do Tribunal de Contas suspendendo qualquer discussão de reequilíbrio. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída exclusivamente para este recebimento.

Em Julho de 2018, a companhia efetuou a reversão do saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa, que havia sido constituída devido ao risco de não recebimento dos valores relativos ao reequilíbrio do contrato, após avaliar que provavelmente não receberá os respectivos valores, e optou por baixa-los como perda efetiva.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração entende que não há necessidade de reconhecimento de provisão para possíveis perdas sobre os valores a receber.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1º de janeiro	(4.315)	(4.315)
Reversão de Provisão	<u>4.315</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	-	(4.315)

12 Imposto a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ	982	970
CSLL	83	232
COFINS	1.447	1.523
PIS	315	331
INSS	<u>1.294</u>	<u>1.121</u>
	<u><u>4.122</u></u>	<u><u>4.177</u></u>

13 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são compostos como seguem:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósito recursal	269	817
Depósito em garantia	9.807	9.871
Penhora de créditos	-	91
Correção monetária de depósitos judiciais	9.021	7.928
Compensação de depósitos com provisões contingenciais correlatas	(5.041)	(5.409)
	<u><u>14.056</u></u>	<u><u>13.298</u></u>

14 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía registrados ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(20.288)	(17.208)
Provisões de contingência	10.385	10.039
Provisão para perda de estoque	42	124
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	4.315
Provisão conscientização população	888	1.468
Provisão para participação nos resultados	1.832	1.984
Efeito RTT de 2014 (a)	1.151	1.344
Outros	-	-
Base total final	<u>(5.990)</u>	<u>2.066</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - 34%	<u>(2.037)</u>	<u>702</u>
Provisão para o não-reconhecimento do imposto diferido sobre diferenças temporárias	-	17
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	(2.037)	719
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	4.862	6.569
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(6.899)	(5.850)

(a) A ser amortizado de acordo com o prazo final da concessão conforme determina a lei nº12.973/14.

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	70.873	36.272
Alíquotas - %	34%	34%
	<u>(24.097)</u>	<u>(12.332)</u>
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:		
Brindes e multas indedutíveis	(177)	(94)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(236)	(90)
Participação dos resultados no exercício	-	(291)
Outras diferenças permanentes	789	117
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos, líquidos	<u>(23.721)</u>	<u>(12.690)</u>
Corrente	(20.966)	(12.731)
Diferido	<u>(2.755)</u>	<u>41</u>
	<u>(23.721)</u>	<u>(12.690)</u>

15 Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	Tx Anual %	2018			2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	24.266	-	24.266	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	2.633	-	2.633	2.633
Máquinas e equipamentos	10%	8.530	(4.253)	4.277	4.107
Veículos	20%	76.252	(47.279)	28.973	35.882
Móveis, utensílios e outros	10%	1.057	(626)	431	427
Equipamentos de informática	20%	3.392	(2.109)	1.283	1.440
Imobilizado em andamento	-	4.618	-	4.618	3.589
		<u>120.748</u>	<u>(54.267)</u>	<u>66.481</u>	<u>72.344</u>

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	2016	Aquisição	Baixa	Transferência	2017	Aquisição	Baixa	2018
Custo:								
Terrenos	24.266	-	-	-	24.266	-	-	24.266
Benfeitorias em bens de	-	-	-	2.633	2.633	-	-	2.633
Máquinas e equipamentos	6.976	698	(26)	880	8.528	2.000	(1.998)	8.530
Veículos	74.602	-	(1.859)	-	72.743	4.583	(1.074)	76.252
Móveis, utensílios e outros	1.174	117	(13)	-	1.278	99	(320)	1.057
Equipamentos de informática	2.389	1.007	(9)	-	3.387	350	(345)	3.392
Imobilizado em andamento	7.102	-	-	(3.513)	3.589	1.029	-	4.618
	<u>116.509</u>	<u>1.822</u>	<u>(1.907)</u>	<u>-</u>	<u>116.424</u>	<u>8.061</u>	<u>(3.737)</u>	<u>120.748</u>
Máquinas e equipamentos	(2.719)	(1.722)	20	-	(4.421)	(1.792)	1.960	(4.253)
Veículos	(27.390)	(11.331)	1.859	-	(36.862)	(11.491)	1.074	(47.279)
Móveis, utensílios e outros	(775)	(88)	12	-	(851)	(81)	306	(626)
Equipamentos de informática	(1.599)	(355)	8	-	(1.946)	(506)	343	(2.109)
	<u>(32.483)</u>	<u>(13.496)</u>	<u>1.899</u>	<u>-</u>	<u>(44.080)</u>	<u>(13.870)</u>	<u>3.683</u>	<u>(54.267)</u>
Imobilizado, líquido	<u>84.026</u>	<u>(11.674)</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>72.344</u>	<u>(5.809)</u>	<u>(54)</u>	<u>66.481</u>

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2018 e 2017, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

16 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota explicativa	2018	2017
Fornecedores		19.119	17.099
Partes relacionadas	22	25.075	22.800
Outras contas a pagar		5.521	6.343
		<u>49.715</u>	<u>46.242</u>

17 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Juros	Vencimento	2018	2017
FINAME	Pré-fixada de 12% a.a.	De out/2019 a jan/2020	3.405	7.179
CDC	Pré-fixada de 17,08% a.a.	De jan/2019 a jul/2023	19.452	23.246
Capital de Giro	CDI + 2,50% a.a.	De jul/2018	-	5.576
BNDES	Pré-fixada de 8,40% a.a.	De dez/2021 a dez/2023	11.789	14.902
			<u>34.646</u>	<u>50.903</u>
Circulante			14.159	22.127
Não circulante			<u>20.486</u>	<u>28.776</u>

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2018	2017
2019	-	12.725
2020	11.132	10.093
2021	5.048	3.869
2022	2.428	1.040
2023	1.877	1.049
	<u>20.486</u>	<u>28.776</u>

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$3.405 (R\$4.950 em 2017)

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade BNDES (também CEF – FINISA), estão garantidos por fiança bancária no valor de R\$11.789 em 2018 (R\$ 16.881 em 2017). Os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas restritivas de contrato (covenants).

Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Saldo Inicial	Captação	Juros	Pgto Juros	Pgto Principal	Saldo Final
BNDES	14.902	-	846	(807)	(3.152)	11.789
CDC	23.246	5.604	3.087	(3.119)	(9.366)	19.452
CAPITAL DE GIRO	5.576	-	129	(2.619)	(3.086)	-
FINAME	7.179	-	323	(330)	(3.767)	3.405
Total	50.903	5.604	4.385	(6.875)	(19.371)	34.646

18 Debêntures

	Série	Emissão	Valor	
Logística Ambiental de São Paulo	Única	15/05/2015	50.000	
				2018
Passivo circulante				12.637
Passivo não circulante				25.000
Total				37.637
				2017
				12.068
				37.500
				49.568

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros – DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 2,90% ao ano.

A amortização será trimestral a partir de 15 de maio de 2017 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de dezembro de 2021.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A. em 62,347% e Estre Ambientam S.A. em 37,653%. Cada uma fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (covenants) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamento menos disponibilidade dividido pelo EBITDA, e o resultado deve ser inferior a 2,85. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Conciliação da movimentação das debêntures

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros</u>	<u>Pgto Juros</u>	<u>Pgto Principal</u>	<u>Saldo Final</u>
Debêntures	49.568	-	4.133	(4.564)	(11.500)	37.637

19 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	4.351	4.018
Encargos trabalhistas	3.172	3.049
Férias	10.382	10.148
Participação nos resultados	1.832	1.984
	<u>19.737</u>	<u>19.199</u>

Benefício de previdência privada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$59 (R\$32 em 2017), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

20 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como seguem:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ISS sobre serviço	5.715	5.414
PIS sobre serviço	1.889	1.823
COFINS sobre serviço	8.699	8.401
PIS/COFINS/CSLL retidos	53	73
IR Fonte	381	414
Outros	518	480
	<u>17.255</u>	<u>16.605</u>

21 Provisões

São compostas como seguem:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contingências	4.873	4.630
Obrigações contratuais	888	1.468
Total	<u>5.761</u>	<u>6.098</u>

a. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 2018, a provisão perfaz o montante de R\$ 2.920 (R\$ 2.790 em 2017), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2018, passíveis de provisão, são como seguem:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	1.524	2.805	4.329
Reversão do depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados -2016	4.397	534	4.931
Adições	141	2.649	2.790
Reversões	(263)	(1.748)	(2.011)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados - 2017	(4.612)	(797)	(5.409)
Saldo em 31/12/2017	1.187	3.443	4.630
Reversão do depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados -2017	4.612	797	5.409
Adições	481	2.439	2.920
Reversões	-	(944)	(944)
Pagamentos	-	(1.630)	(1.630)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados - 2018	(4.793)	(719)	(5.511)
Saldo em 31/12/2018	1.487	3.386	4.873

A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, no montante de R\$9.248 (R\$5.307 em 2017).

Está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela Loga para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável.

22 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$4.753 (R\$5.029 em 2017).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são demonstrados como seguem:

	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	Contas a Receber		Contas a pagar		e Despesas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	356	-	-
Instituto Solvi	-	119	-	371	-	-
Guamá - Tratamento de Resíduos Ltda	59	-	-	-	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	-	5	20.612	19.518	(111.695)	(107.126)
Koleta Ambiental S.A.	-	-	-	-	(545)	-
Revita Engenharia S.A.	-	-	10	218	-	(3.471)
GLA - Gestão e Logística Ambiental S.A.	-	-	4.453	2.302	(26.707)	(13.197)
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	14	-	-	-	250	-
Estre Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	(1.470)
UTR - Unidade de Tratamento de Resíduos S.A.	-	-	-	-	-	(4.829)
Outros	-	-	-	35	-	-
	73	124	25.075	22.800	(138.697)	(130.093)
Reembolsos Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	-	(4.257)	(4.224)
	-	-	-	-	(4.257)	(4.224)
Total	73	124	25.075	22.800	(142.954)	(134.317)

As contas a pagar para a Essencis Soluções Ambientais S.A. (controlada direta da Solvi Participações S.A.) referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As contas a pagar para a Gestão e Logística Ambiental S.A. – GLA referem-se aos serviços operacionais de transportes de resíduos às devidas áreas de destinação.

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das entidades, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está representado por 60.650 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada e valor total de R\$60.650. Em 31 de dezembro de 2018, encontram-se integralizadas 31.899 (29.416 em 2017) ações, no valor total de R\$31.899 (R\$29.416 em 2017).

Em 30 de abril de 2018, os acionistas decidiram em integralizar no capital da Companhia, passando de R\$29.416 para o montante atual de R\$31.899, tendo um aumento de R\$2.483 em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuídas proporcionalmente aos sócios mediante a capitalização da Reserva Legal, na qual os acionistas fazem constar que, do capital social total subscrito no valor de R\$ 60.650, o montante de R\$ 31.899 encontra-se integralizado e o montante de R\$28.751 será integralizado nos termos e condições estabelecidos nos respectivos Boletins de Subscrição firmados pelos acionistas quando da subscrição das ações de emissão da Companhia.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral. Em 2018, a Companhia destinou à título de dividendos o montante de R\$59.443 (R\$5.600 em 2017), conforme quadro abaixo:

Distribuição de dividendos - 2018	
Lucro líquido do exercício	47.152
(-) Reserva legal	(2.358)
Base de distribuição	<u>44.794</u>
(=) Dividendo mínimo obrigatório (25%)	11.199
(+) Dividendos adicionais	<u>48.244</u>
(=) Total dos dividendos distribuídos no exercício	<u><u>59.443</u></u>

Distribuição de dividendos - 2017	
Lucro líquido do exercício	23.582
(-) Reserva legal	(1.179)
Base de distribuição	<u>22.403</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u><u>(5.600)</u></u>

24 Receitas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Clientes públicos	558.433	537.879
Clientes privados	291	34
Total de receita de serviços (a)	<u>558.724</u>	<u>537.913</u>
Receita de construção	597	9.960
Realização do ativo financeiro (b)	(5.134)	(19.673)
Total receita bruta	<u>554.187</u>	<u>528.200</u>
Deduções sobre as vendas:		
ISS	(27.935)	(26.894)
PIS	(9.158)	(9.024)
COFINS	(42.180)	(41.567)
ICMS	(2)	(15)
Total de deduções sobre as vendas:	<u>(79.275)</u>	<u>(77.500)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>474.912</u></u>	<u><u>450.700</u></u>

(a) As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.c:

- Coleta e destinação de resíduos – 100%;

(b) Em 2018, houve a realização do ativo financeiro reconhecido em relação aos investimentos realizados em infraestrutura definida no contrato de concessão, quando de sua conclusão. Essa realização ocorreu mediante à compensação de valores recebidos mensalmente na composição da tarifa de prestação de serviço.

25 Custos dos serviços prestados

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e encargos	(129.819)	(124.042)
Mão de obra	(47)	(148)
Aluguel	(6.077)	(6.159)
Depreciações e amortizações	(13.358)	(13.191)
Materiais aplicados nos serviços	(40.240)	(35.051)
Serviços de terceiros (a)	(157.805)	(159.571)
Provisão de outorga de ônus de concessão	(27.818)	(27.213)
Outros custos de produção	(16.697)	(15.761)
Custo de bens reversíveis	(597)	(9.960)
Créditos fiscais	20.890	21.541
Total	<u><u>(371.568)</u></u>	<u><u>(369.555)</u></u>

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a manutenção de veículos, transportes de resíduos, destinação de aterro e serviços de incineração.

(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

26 Despesas comerciais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Patrocínio, brindes e doações	(100)	(83)
Propaganda e publicidade	(2.466)	(431)
Feiras e eventos	(247)	(620)
	<u>(2.813)</u>	<u>(1.134)</u>

27 Despesas e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração direta mão de obra	(7.474)	(5.928)
INSS	(1.152)	(1.200)
FGTS	(289)	(308)
Benefícios	(1.009)	(1.058)
Depreciação e amortização	(584)	(434)
Serviços de terceiros (a)	(8.910)	(17.022)
Viagens e estadias	(25)	(45)
Tributos, seguros e contribuições	(651)	(1.944)
Outros	(556)	(344)
	<u>(20.650)</u>	<u>(28.283)</u>

(a) Refere-se principalmente a despesas compartilhadas no valor de R\$ 4.257, consultoria administrativa-financeira no valor de R\$ 1.982, honorários advocatícios R\$1.446.

28 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas eventuais	68	9
Despesas e provisão contingenciais	(1.976)	(2.790)
Resultado venda de imobilizado	18	183
Patrocínio	(694)	(223)
Multa contratual	(122)	(1.327)
Outras despesas e receitas	318	(258)
	<u>(2.388)</u>	<u>(4.406)</u>

29 Receitas e despesas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.183	1.316
Juros recebidos e descontos obtidos	408	771
Correção de depósitos judiciais	1.093	825
	<u>2.684</u>	<u>2.912</u>
Despesas financeiras:		
Variação monetária	(104)	-
Despesas bancárias	(690)	(389)
Despesas com juros e descontos concedidos	(41)	(90)
Despesas multas e moras financeiras	(2)	(22)
Tributos sobre movimentações financeiras	(2)	(15)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.465)	(13.446)
	<u>(9.304)</u>	<u>(13.962)</u>
Total de despesas financeiras, líquidas	<u><u>(6.620)</u></u>	<u><u>(11.050)</u></u>

30 Cobertura de seguros

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cubra todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

Em 31 de dezembro de 2018, as apólices contratadas pela Companhia oferecem as seguintes coberturas:

Lucros cessantes: R\$ 2.343;

Seguro patrimonial: R\$ 82.937 e

Responsabilidade civil: R\$ 10.000.

31 Contrato de concessão

Através do Contrato de Concessão a Companhia presta serviços divisíveis de limpeza urbana na região noroeste da cidade de São Paulo/SP, sendo o período de concessão de 20 anos a partir de outubro de 2004, renovável por mais de 20 anos e tem reajuste anual da tarifa com base em fórmula paramétrica estipulada em contrato e composta de diversos índices do setor. A cada 5 anos o contrato prevê a realização de revisão ordinária das tarifas praticadas de modo a manter sua fidelização à equação econômico-financeira inicial do Contrato.

Terrenos, estruturas e construções bem como todos os contêineres utilizados para a execução do objeto da concessão são bens reversíveis e os demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual. As principais obrigações contratuais são modernização do transbordo Ponte Pequena; construção de novo transbordo; implantação de aterro sanitário e estação de tratamento de efluentes; construção de usina de compostagem; construção de centrais de

triagem; construção de central de tratamento de resíduos de serviços de saúde; implantação de coleta mecanizada; encerramento do aterro sanitário Bandeirantes; revegetação do aterro sanitário Vila Albertina e renovação de frota de veículos a cada 5 anos.

a. Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção. O concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A receita reconhecida com relação à construção em 2018 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços. A receita, custo e lucro bruto no contrato de concessão em 2018 são como seguem:

Receita de Construção	Custo de Construção	Lucro Bruto	Margem de lucro
597	(597)	-	0%

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	2018	2017
Transbordo	13.683	14.226
Edificações	324	324
Benfeitorias	1.520	1.520
Conteineres	6.905	7.604
Centros de Triagem	6.777	7.946
RSSS Un. Treinamento	11.947	14.670
Tr. Anhanguera	3.475	2.878
Col. Mecanizada	71	71
Total	44.702	49.239
Ciculante	5.824	5.824
Não circulante	38.878	43.415

O ativo financeiro no montante de R\$ 44.702 (R\$49.239 em 2017) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder Concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos.

* * *